



Consultoria,
treinamento para gestão administrativa
e atuação em processos e negócios.

**CCA
BERNARDON**
CONSULTORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA

SEMANÁRIO Nº 04/2020 | 4ª SEMANA | JANEIRO DE 2020

DESTAQUES DA SEMANA:

TRIBUTOS FEDERAIS

- PGD Dmed 2020 - Aprovado o Programa Gerador da Declaração de Serviços Médicos e de Saúde
- EFD Contribuições - Aprovada a versão 1.33 do Guia Prático

ICMS

- Pagamento do imposto mediante sistema eletrônico pelo contribuinte ou responsável tributário em documento eletrônico padronizado - Alteração na Lei nº 8.820/1989
- NF-e - Desativação imediata do protocolo SSL e novas datas de desativação dos protocolos TLS 1.0 e TLS 1.1
- Alterações no RICMS/RS, divulgadas pela SEFAZ/RS:
 - a) PRÓ-CULTURA – Prorrogado prazo de fruição
 - b) PRÓ-ESPORTE/RS - Prorrogado prazo de fruição

- c) Pró-Social/RS - Prorrogado prazo de fruição
- d) Prestações de serviço de transporte intermunicipal de pessoas, passageiros ou não, exceto o aéreo – Concessão redução de base de cálculo de ICMS
- e) Dispensa de Emissão de Documento Fiscal – Saída de Produtores de Leite – Retificação do Decreto n. 54.962/2020
- f) Diferimento Parcial – Revogação nas saídas internas de farinha de aveia e aveia
- Alterações na Instrução Normativa DRP 45/98, divulgadas pela SEFAZ/RS:
 - a) Procedimento Tributário-Administrativo – Alterações sobre a condição para pleitear restituição de ICMS pago indevidamente ao Estado do Rio Grande do Sul
 - b) Bebidas Quentes - Preço final ao consumidor – Alterações

OBRIGAÇÕES DA SEMANA

28/01

DeSTDA – Envio da Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquota e Antecipação pelas empresas optantes pelo Simples Nacional referente ao mês de dezembro/2019.

31/01

PIS/COFINS – Autopeças – Retenções – Recolhimento referente a 1ª quinzena de janeiro.

IRPJ/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – MENSAL - Recolhimentos referente ao mês de dezembro: (1) IRPJ e CSLL das pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento por estimativa; (2) IRPJ-Renda Variável (Código 3317).

IRPJ/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – TRIMESTRAL - Recolhimento da 1ª quota ou quota única do IRPJ e da CSLL (real, presumido ou arbitrado), devidos pelas pessoas jurídicas, relativos ao 4º Trimestre/2019.

INCENTIVOS FISCAIS*

a) Recolhimento do valor da opção com base no IRPJ devido no mês de dezembro, pelas PJ que recolhem o IRPJ por estimativa. FINOR (Código 9017), FINAM (Código 9032) e FUNRES (Código 9058);

b) Recolhimento da 1ª parcela ou parcela única das aplicações no FINOR (Código 9004), FINAM (Código 9020) e FUNRES (Código 9045), pelas PJ que recolhem o IR com base no lucro real, referente ao 4º Trimestre/2019.

IRPJ/SIMPLES NACIONAL - Recolhimento do imposto incidente sobre ganhos de capital referente ao mês de dezembro (Código 0507).

IRPF - Recolhimentos referente a dezembro: (1) Recolhimento Mensal - "Carnê-Leão" (Código 0190); (2) Ganho de Capital e Alienação de Bens (Código 4600); (3) Renda Variável (Código 6015). *

IOF - Contratos de Derivativos Financeiros – Recolhimento refe-

rente ao mês de dezembro.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL – EMPREGADOS - Pagamento das contribuições descontadas dos empregados em dezembro.

PARCELAMENTOS ESPECIAIS - Recolhimento da parcela mensal (REFIS-Lei n. 9.964/00; REFIS - Lei n. 11.941/09; PAES - Lei n. 10.684/03; PAEX-MP n. 303/06; Simples Nacional – LC 123/06, art.79).

REFIS - Pagamento da parcela devida pelas empresas optantes pelo REFIS (Código 9100); Parcelamento Alternativo (Código 9222). *

REFIS - LEI Nº 12996/2014 - Pagamento de parcela/antecipação do parcelamento da Lei n. 12.996/2014 (Portaria Conjunta PGFN/RFB n. 13/14, art. 4º).

DME - Declaração de Operações Liquidadas com Moeda em Espécie, referente ao mês de dezembro de 2019.

PERT - Programa Especial de Regularização Tributária – Pert – Lei 13.496/2017.

PRR - Programa de Regularização Tributária Rural - PRR - MP nº 793/2017 e Lei nº 13.606/2018.

CRIPTOATIVOS - Prestação de informações relativas às operações realizadas com criptoativos no mês de dezembro – IN RFB 1.888/2019.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL – PATRONAL - Recolhimento da contribuição relativa ao exercício de 2019.

SIMPLES NACIONAL – Opção pelo regime simplificado no ano de 2020.

SIMPLES NACIONAL – Comunicação de exclusão obrigatória – Excesso de Receita Bruta Anual – art. 3º, inciso II, da Res. nº 15/07.

COMPROV. ANUAL IR RECOLHIDO – Entrega pelas Agências de propagandas aos seus anunciantes, ref. 2019. - IN 983/09.

GFIP COMP.13 – Entrega da GFIP competência 13 (13º Salário 2019).

OBSERVAÇÕES:

- » **Nota Fiscal Gaúcha** - Os contribuintes, não obrigados à entrega da Escrituração Fiscal Digital – EFD, deverão transmitir os arquivos à SEFAZ/RS, considerando o 8º dígito de seu número de CNPJ, a partir do dia 10 do mês subsequente ao da emissão. Resolução n. 03/2013, arts. 2º e 11.
- » (*) Antecipar o recolhimento, se não houver expediente bancário no dia indicado. (Ex.: Feriado Municipal)

ALTERAÇÕES

TRIBUTOS FEDERAIS

PGD Dmed 2020 - Aprovado o Programa Gerador da Declaração de Serviços Médicos e de Saúde

O Ato Declaratório Executivo COFIS n. 72/2019, DOU de 23 de dezembro de 2019, aprova o Programa Gerador da Declaração de Serviços Médicos e de Saúde (PGD Dmed 2020).

O programa deverá ser utilizado para apresentação das informações relativas aos anos-calendário de 2014 a 2019, situação normal, e de 2014 a 2020, nos casos de extinção de pessoa jurídica decorrente de liquidação, incorporação, fusão ou cisão total.

Além disso, o programa é de reprodução livre e estará disponível no sítio da RFB na Internet, no endereço <http://receita.economia.gov.br>.

EFD Contribuições - Aprovada a versão 1.33 do Guia Prático

O Ato Declaratório Executivo COFIS n. 73/2019, DOU de 23 de dezembro de 2019, aprova a versão 1.33 do Guia Prático da EFD Contribuições, contendo o Manual de Orientação do Leiaute da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição do PIS/Pasep, da Cofins e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (EFD Contribuições) e as correspondentes orientações de preenchimento, cujo conteúdo está disponível para download em: <http://sped.rfb.gov.br/arquivo/download/4263>.

Além disso, fica revogado o Ato Declaratório Executivo Cofis n. 82/2018, sem interrupção de sua força normativa.

Pagamento do imposto mediante sistema eletrônico pelo contribuinte ou responsável tributário em documento eletrônico padronizado - Alteração na Lei nº 8.820/1989

A Lei n. 15.436/2020, DOE RS da 2ª Edição de 17 de janeiro de 2020, altera a Lei nº 8.820/1989, que institui o ICMS, modificando a forma de pagamento do imposto.

Com essa publicação, o pagamento do imposto poderá ser feito mediante sistema eletrônico pelo contribuinte ou responsável tributário, em documento eletrônico padronizado.

a) O valor do imposto devido pelo contribuinte que seja concessionário, permissionário e autorizado de serviço público será creditado diretamente a favor do Estado, no caso de documento de pagamento eletrônico ou com código de barra a ser pago pelo consumidor em estabelecimento bancário ou autorizado que contenha em destaque o valor do imposto devido na operação;

b) O disposto na letra “a” não prejudica o direito aos créditos presumidos de ICMS, por parte do contribuinte;

c) A forma de pagamento do imposto prevista nas letras “a” e “b” não exclui a obrigação do contribuinte ou responsável pelo pagamento do imposto em caso de não pagamento da fatura pelo consumidor;

d) Os demais casos de pagamento não previstos nas letras “a”, “b” e “c” serão realizados na forma e nos prazos previstos em regulamento;

e) O regulamento do ICMS estabelecerá a forma de implantação do pagamento do imposto, que poderá ser gradual e começar inicialmente com os devedores contumazes do ICMS, conforme definição do art. 2. da Lei n. 13.711/2011.

Essa Lei passa a vigorar a partir de 01/01/2021.

NF-e - Desativação imediata do protocolo SSL e novas datas de desativação dos protocolos TLS 1.0 e TLS 1.1

De acordo com a notícia publicada no Portal da NF-e no dia 21 de janeiro de 2020, a Receita Estadual do RS comunica que irá postergar para data futura a desativação dos protocolos TLS 1.0 e TLS 1.1.

Essa postergação visa oportunizar um período maior de testes de comunicação com os ambientes de autorização de Documentos Fiscais Eletrônicos (DF-e) da Sefaz-Virtual do Rio Grande do Sul (SVRS), atendendo às solicitações das empresas. Nova data de desativação destes protocolos será oportunamente comunicada.

Reforça, contudo, que a desativação do protocolo SSL segue o cronograma original, estando marcada para o dia 21/01/2020, conforme já divulgado.

Alterações no RICMS/RS, divulgadas pela SEFAZ/RS:**1) Decreto n. 54.995/2020, DOE de 20/01/2020****• PRÓ-CULTURA – Prorrogado prazo de fruição - Alt. 5208**

- Conv. ICMS 199/19 - Prorroga, no período de 01/01/20 a 31/10/20, crédito fiscal presumido de ICMS aos contribuintes que financiarem projetos culturais aprovados nos termos da Lei nº 13.490/10 e do Decreto nº 47.618/10 (PRÓ-CULTURA). (Lv. I, art. 32, XV)

• PRÓ-ESPORTE/RS - Prorrogado prazo de fruição - Alt.

5209 - Conv. ICMS 200/19 - Prorroga, no período de 02/01/20 a 31/10/20, crédito fiscal presumido de ICMS aos contribuintes que financiarem projetos estaduais esportivos e paradesportivos, nos termos da Lei nº 13.924/12 e do Decreto nº 53.743/17 (PRÓ-ESPORTE/RS); (Lv. I, art. 32, CXXXVIII)

• Pró-Social/RS - Prorrogado prazo de fruição - Alt. 5210 -

Conv. ICMS 201/19 - Prorroga, no período de 02/01/20 a 31/10/20, crédito fiscal presumido de ICMS aos contribuintes que financiarem projetos sociais aprovados nos termos da Lei nº 11.853/02 e do Decreto nº 42.338/03 (Pró-Social/RS); (Lv. I, art. 32, LXIV)

• **Prestações de serviço de transporte intermunicipal de pessoas, passageiros ou não, exceto o aéreo – Concessão redução de base de cálculo de ICMS** - Alt. 5211 - Conv. ICMS 218/19 - Concede, no período de 02/01/20 a 31/12/20, redução de base de cálculo nas prestações de serviço de transporte intermunicipal de pessoas, passageiros ou não, exceto o aéreo. (Lv. I, art. 24, I)

2) Decreto n. 54.962/2020, DOE RS da 2ª Edição de 27/12/2019 – Retificação no DOE RS de 20/01/2020

• **Dispensa de Emissão de Documento Fiscal – Saída de Produtores de Leite – Retificação do Decreto n. 54.962/2020** - Na alteração n. 5181 do art. 3º do Decreto n. 54.962/2019, publicado na 2ª edição do Diário Oficial do Estado nº 252, de 27/12/19, pág. 11:

onde se lê:

“ALTERAÇÃO Nº 5181 - No art. 44 do Livro II, o inciso I passa a vigorar com a seguinte redação:”

leia-se:

“ALTERAÇÃO Nº 5181 - No art. 44 do Livro II, o “caput” do inciso I passa a vigorar com a seguinte redação:”

3) Decreto n. 54.987/2020, DOE de 15/01/2020 (Republicado no DOE de 16/01/2020, por haver constado com número 54.985, quando o número do Decreto é 54.987)

• **Diferimento Parcial – Revogação nas saídas internas de farinha de aveia e aveia** – Fica postergado para 01/02/2020, a revogação do diferimento parcial nas saídas internas de farinhas de aveia e aveias. (Ap. II, Seção IV, Subseção III, XXIII e XXIV).

Alterações na Instrução Normativa DRP 45/98, divulgadas pela SEFAZ/RS:

1) Instrução Normativa RE nº 04/2019, DOE de 21/01/2020

• **Procedimento Tributário-Administrativo – Alterações sobre a condição para pleitear restituição de ICMS pago indevidamente ao Estado do Rio Grande do Sul** - Revoga exigência de comprovação de novo recolhimento para outra unidade da Federação, ou

seu início, como condição para pleitear restituição de ICMS pago indevidamente ao Estado do Rio Grande do Sul. (Título IV, Cap. IV, subitem 2.2.3)

2) Instrução Normativa RE nº 05/2019, DOE de 23/01/2020

• **Bebidas Quentes - Preço final ao consumidor – Alterações**

a) Ajuste técnico relativamente às bebidas do Ap. XXXVI em que o preço final está fixado “por litro”. (Tít. I, Cap. IX, 21.1.1)

b) Acrescenta mercadorias ao anexo que especifica o preço final ao consumidor, para fins de substituição tributária, relativa ao segmento bebidas quentes. (Ap. XXXVI, Seção II, itens II, III, IV, VI, XVIII e XIX)